

# Cresce a parcela de brasileiros que diz já ter sofrido algum preconceito

*Sensação de discriminação é maior entre negros, gays, umbandistas e evangélicos, diz Datafolha*

**(Folha de S.Paulo, 15/01/2019 - acesse no site de origem)**

Um a cada três brasileiros diz já ter sido [vítima de discriminação](#) por conta de sua classe social, segundo uma pesquisa do instituto Datafolha. E esse número aumentou nos últimos anos. Assim como cresceu a proporção de pessoas que declaram já terem [sofrido preconceito](#) por sua cor da pele, orientação sexual, local onde vive, religião ou gênero.

O preconceito de classe havia sido sentido por 23% dos entrevistados em levantamento anterior do instituto, de 2008, e por 21% em 2007. No atual, foram 30%.

Esse tipo de discriminação é mais sentida no Sudeste do país (declarado por 35% dos entrevistados) e menos no Nordeste (25%) e mais em cidades grandes que pequenas (34% dos entrevistados nos municípios com mais de 500 mil habitantes e 21% nos com menos de 50 mil pessoas).

O Datafolha ouviu 2.077 pessoas com 16 anos ou mais em 130 cidades entre 19 e 10 de dezembro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro (PSL), à época candidato, [afirmou que “tudo é coitadismo”](#) no Brasil. “Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil, nós vamos acabar com isso”, disse, em entrevista à afiliada do SBT no Piauí.

O [preconceito](#) é menos percebido entre quem declarou voto no militar. 26% dos eleitores de Bolsonaro disseram já ter sofrido discriminação por classe social e 18% por racismo. Entre os eleitores do candidato derrotado, Fernando Haddad (PT), 37% declararam terem sido vítimas de preconceito de classe, e 27% de racismo.

A discriminação racial já acometeu mais de 1/5 dos brasileiros, apontou a pesquisa. O índice é cinco vezes maior entre os que autodeclarados pretos (55% foram vítimas) do que entre os que se declaram brancos (11%).

No Brasil, é [considerado crime contra a honra](#) a injúria motivada por raça, cor, etnia, religião e origem, entre outros, sob pena de reclusão de um a três anos e multa. Costuma-se considerar injúria o uso de palavras depreciativas, como chamar uma pessoa negra de “macaco”.

Já o crime de racismo e o de preconceito religioso é inafiançável e imprescritível e a pena varia de um a cinco anos de reclusão, além de multa. Envolve mais do que ofender verbalmente uma pessoa pela sua cor da pele ou religião. Significa também impedir o acesso de pessoas a determinados lugares (hoteis, restaurantes, elevadores sociais etc.) ou negar-lhes emprego de

acordo com sua etnia, entre muitos outros casos.

O Datafolha também mediu o sentimento de discriminação religiosa. O índice é bem maior entre adeptos de religiões africanas (68% já sofreram preconceito) e entre os que frequentam igrejas evangélicas neopentecostais (48%). Entre os evangélicos em geral, independentemente da vertente, a taxa é de 38%.

Católicos, maior parte da população brasileira, são os que menos declararam já terem sido alvo de preconceito religioso (17%), menos até do que os sem religião (18%).

O instituto mediu ainda a percepção de discriminação de acordo com a orientação sexual. 55% dos entrevistados que se declararam homossexuais disseram já terem sido vítimas de preconceito por conta de sua orientação. O número cai para 38% entre bissexuais e 6% entre heterossexuais.

Não há legislação federal que tipifique a homofobia especificamente como crime. Em São Paulo, lei estadual pune a discriminação contra homossexuais, bissexuais e transgêneros e quem “proibir a livre expressão e manifestação de afetividade” com advertência e multa.

Uma a cada três mulheres entrevistadas também disseram já terem sofrido preconceito pelo único fato de serem mulheres.

Embora no discurso de posse feito no Congresso o novo presidente tenha defendido uma “sociedade sem discriminação”, depois, ao falar à população em púlpito, afirmou que iria [“libertar o Brasil” do politicamente correto](#).

O novo governo excluiu a menção à população LGBT no escopo das atribuições do [ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos](#) e extinguiu uma [secretaria do Ministério da Educação que é responsável por ações de diversidade](#), como direitos humanos e relações étnico-raciais.

Por outro lado, na atual gestão deve haver uma maior valorização da população evangélica, que tem alta taxa de sensação de discriminação religiosa, segundo a pesquisa, e faz parte da base de apoio do presidente.

A depender da disposição da primeira dama, [Michelle Bolsonaro, que discursou em libras na posse](#), também deve haver programas voltados à população com deficiência.

*Thiago Amâncio*